

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 08/2017****PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017****RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**

**Assunto:** Impugnação ao Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017, que tratava, à época, da contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de recepção; serviços de office-boy/girl; serviços de secretariado executivo; e serviços de direção veicular (motorista), conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, para atender às necessidades do CIGA.

**Impugnante:** ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. – CNPJ n.º 79.283.065/0001-41.

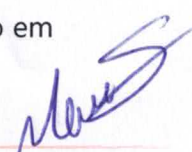
**1. DA IMPUGNAÇÃO**

Em linhas gerais, a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda. registrou eletronicamente pedido de impugnação ao Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017, do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, por meio do qual solicitou a retificação do ato convocatório de abertura do certame no que tange à convenção coletiva de trabalho a ser observada para os serviços de direção veicular (motorista).

**2. DOS PRESSUPOSTOS DA IMPUGNAÇÃO**

A impugnação é tempestiva, eis que registrada eletronicamente em 24 de abril de 2017, ou seja, no prazo conferido pelos itens 3 e 8 do Pregão em referência, não tendo caráter protelatório, vez que vem devidamente fundamentada e subscrita, estando, portanto, em condições de julgamento pelo Pregoeiro designado.

A formalização atende ao disposto nos itens 3 e 8 e o parecer está sendo proferido em observância à legislação cogente.



### 3. DO PARECER

Tendo em vista que as razões da IMPUGNAÇÃO ora apresentada tratam de questões de cunho específico do setor solicitante, quem elaborou o Termo de Referência, informo inicialmente que foram solicitadas as devidas informações técnicas a respeito.

Nesse sentido, não obstante o zelo da administração do CIGA, sobretudo do Solicitante, que procurou estabelecer critérios para uma contratação segura, verificou-se que a análise das alterações ora requeridas pela Impugnante resta prejudicada, vez que a Administração entendeu alterar parcialmente o objeto licitado, excluindo os serviços que, na atualidade, não se mostram necessários (convenientes a contratação), com o fim de preservar o interesse público e porque não causa qualquer prejuízo a terceiros. É de se ver:

Diante da impugnação administrativa ao instrumento convocatório, o CIGA suspendeu o andamento do processo em epígrafe e cancelou a sessão pública designada para o dia 27/04/2017, conforme Comunicado de n.º 01/2017 – Aviso de Suspensão de Processo e Cancelamento de Sessão Pública de Licitação, datado de 25 de abril de 2017.

Nesse passo, a Gerência Administrativa do CIGA efetuou análise detida acerca da atual necessidade de contratar todos os serviços previstos inicialmente no referido Edital, com o intuito de sopesar o custo de tais contratações em relação aos benefícios que proporcionarão ao CIGA.

Considerando o cenário atual, em um juízo preliminar de conveniência frente à supremacia do interesse público, concluiu-se que a contratação, por este Consórcio Público, dos serviços de direção veicular (motorista) ainda não se faz necessária, bem como os serviços de recepção podem ser dispensados. Explico:

No caso dos serviços de direção veicular (motorista), a demanda atual de viagens existentes no CIGA faria com que a pessoa física responsável pelo desempenho da referida atividade ficasse grande parte de seu tempo ociosa, ou seja, a administração despenderia recursos em uma função pouco utilizada, que pouco acresceria.

[...]

Sobre a alteração de Edital, o Prof. Marçal Justen Filho registrou o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro)."

Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição."





Como se pode perceber, a alteração do objeto do presente Edital não trará prejuízos a terceiros, tendo em vista que não houve recebimento de propostas até o momento e não foi iniciada a competição, bem como proporcionará redução das despesas administrativas do CIGA relativas à contratação de serviços terceirizados, melhor atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade e atingindo ao interesse público perseguido.

Diante do exposto, para uma melhor adequação do objeto do certame às reais necessidades do Consórcio Público CIGA, proponho a exclusão dos serviços de direção veicular (motorista) e de recepção previstos inicialmente no Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017, passando a constar como objeto de contratação apenas os serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de office-boy/girl; e serviços de secretariado executivo, sem qualquer prejuízos para os interessados em concorrer e para o próprio poder público.

Por fim, acatada a alteração demandada, haverá a republicação do Edital de abertura do certame retificado, sem a previsão de contratação dos serviços de direção veicular (motorista) e de recepção, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação das propostas (art. 21, 4º, da Lei Federal n.º 8.666/1993), respeitando-se, assim, os princípios da vinculação ao ato convocatório e da publicidade.

Finalmente, sobre a mencionada impugnação administrativa ao Edital, em sendo acatada tal modificação, perderá o objeto, já que passa a não existir os serviços de direção veicular (motorista). (grifo meu)

De tal modo, com a deliberação da autoridade competente, foram feitas as alterações necessárias, retirando-se do Termo de Referência, e consequentemente do Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017, os serviços de direção veicular (motorista). Em seguida, foi republicado o Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017 e seu Aviso de Licitação novamente no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e no site do CIGA, dando-se a devida publicidade, nos termos do ato convocatório e da legislação que rege a matéria.

Nesse passo, conforme prevê o item 8.3, **foi designada nova data para a realização do Pregão**, uma vez que as modificações provocam mudança na elaboração da proposta, respeitando-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação das propostas.

Considerando os motivos expostos, diante das medidas adotadas e da ausência de dano aos cofres públicos e a terceiros interessados em concorrer, opino pela perda do objeto da presente impugnação ao Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017, conquanto excluídos os serviços de direção veicular (motorista) do certame, restando prejudicada a análise de mérito da prestação requerida.

#### 4. DA CONCLUSÃO



Com base em todo o exposto, resta prejudicada a análise de mérito da impugnação interposta pela empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda., em virtude da perda superveniente do objeto pleiteado.

É o parecer.

Florianópolis, 15 de maio de 2017.



MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA  
Técnico em TI do CIGA  
**Pregoeiro**

